



HISTÓRIA DE EMPRESAS, HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

Escelsa: da criação à privatização

Escelsa: from creation to privatization

Isabela Tréz Agapito¹

RESUMO: Neste artigo, pretendemos discutir o caso da privatização da Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.), desde os motivos que levaram à sua criação até as condições e repercussões de sua desnacionalização. Para isso, começamos pela história da empresa. Apresentamos a história da CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica), a situação e motivações que envolvem a criação da Escelsa, o processo embaraçoso de compra da CCBFE pelo Governo brasileiro e a fusão dessas duas empresas. Em seguida, expusemos alguns elementos que consideramos importantes para a compreensão do setor elétrico brasileiro e avançamos cerca de 30 anos no tempo para falar do contexto da privatização da Escelsa, o que essa medida significou e algumas de suas consequências.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Privatização; Escelsa.

ABSTRACT: In this article, we intend to discuss the case of the privatization of Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.) from the reasons that led to its creation, to the conditions of its privatization. For this, we start with the company's history. We present the history of CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica), the situation involving the creation of Escelsa, the embarrassing process of nationalization of the CCBFE and the merger of these two companies. Then, we exposed some elements that we consider important for the understanding of the Brazilian electricity sector and advanced nearly 30 years in historical time to talk about the context of Escelsa's privatization, what this measure meant and some of its consequences.

Keywords: Neoliberalism; Privatization; Escelsa.

Introdução: Antecedentes da criação da Escelsa e a história da CCBFE

O começo da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) se deu em 1927, diante de pressões populares e da imprensa local para que o fornecimento de energia elétrica fosse melhorado. O governo estadual do Espírito Santo transferiu o controle das empresas Serviços Reunidos de Vitória e uma parte da Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim à General Electric por meio de sua subsidiária American & Foreign Power Company (AMFORP). Este contrato de concessão tinha duração de 50 anos (RIBEIRO, 2003, p. 26).

Em 1929 a AMFORP estava presente em 260 cidades e atendia mais de 3 milhões de brasileiros. O crescente processo de urbanização e industrialização pelo qual o Brasil passava nas décadas de 1940/50 fomentava o consumo de energia elétrica. Apesar disso,

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Email: agapitoisabela@gmail.com



não existiam investimentos para a ampliação da geração de energia elétrica por parte das subsidiárias da AMFORP¹ (SAES; SASSE, 2012, p.118).

O Brasil era um mercado importante e permitia ganhos para as subsidiárias da AMFORP que receberam empréstimos oriundos do Eximbank (Export-Import Bank of Washington) e do Banco Mundial² (BASTOS, 2006).

A década de 1930 foi uma década de muito sucesso para a AMFORP e os serviços de distribuição de energia elétrica atendiam a demanda existente. Desse modo, a CCBFE com o intuito de fazer com que as famílias aumentassem seu consumo de energia, começou a vender aparelhos eletrodomésticos “usando seus escritórios como lojas de venda ou oferecendo os produtos de porta em porta” (RIBEIRO, 2003, p.28).

Em 1934, através do decreto nº 24.643, foi promulgado o Código de Águas

Mal começara a funcionar, estabeleceu a empresa novos preços baseados em determinados melhoramentos executados. A legislação brasileira sobre o uso de energia elétrica continuava ainda regulada pelas disposições coloniais como *As Ordenações do Reino, Resolução de 1775 e Alvará de 1804*. Somente em 1934 foi instituído *Código de Águas* pelo decreto nº24.643, que define as condições e aproveitamento dos recursos hidráulicos e regulamenta a indústria de energia hidrelétrica, estabelece para a concessão de condições concessão de seu uso, fixa base tarifária e prevê a reversão ao Poder Público do acervo das concessionárias, ao findarem as concessões. (BITTENCOURT, 1979, p.56, grifos do autor)

Com o passar dos anos e aumento da população, o serviço oferecido pela CCBFE, responsável por abastecer 32,89% da população capixaba, apresenta uma incipiente insuficiência . Entre 1943 e 1945 são notadas 2 características que perdurarão por pelo menos mais 13 anos: as faltas de investimento e descaso da empresa no que se refere à

¹ “O período de pós-Segunda Guerra radicalizou o conflito entre oferta e demanda de energia elétrica no Brasil: a aceleração dos processos de urbanização e industrialização não era acompanhada pelos investimentos na geração de energia elétrica. O cenário de conflito se materializava, de um lado, pela necessidade do governo garantir o desenvolvimento da infraestrutura que serviria de base para o processo de substituição de importações e, de outro lado, pelo menor interesse das companhias estrangeiras (Light e AMFORP) de sustentar investimentos por conta da legislação cambial, da lei de remessas de lucros e das incertezas das políticas dos governantes brasileiros. Foi nesse contexto que surgiram em todo o país as empresas estatais regionais que atenderiam a demanda crescente de energia” (SAES; SASSE, 2012, p.123)

² “Além dos empréstimos liberados pelo Banco Mundial para a AMFORP em 1950 (US\$ 15 milhões), para a LIGHT em 1949 (US\$ 75 milhões) e em 1951 (US\$ 15 milhões), o mais significativo dispêndio aprovado e liberado a partir dos trabalhos da Comissão Mista foi, de longe, o empréstimo conferido à AMFORP pelo Eximbank (US\$ 41,1 milhões); somando um novo empréstimo conferido à LIGHT pelo Banco Mundial em 1954 (US\$ 18,8 milhões), cerca de um terço (US\$ 60 milhões) do total de recursos liberado pelos bancos (US\$186 milhões) dentre os 41 projetos (ou US\$ 387 milhões) aprovados pela CMBEU destinou-se a apoiar a expansão das duas grandes filiais estrangeiras no setor de energia elétrica.” (BASTOS, 2006, p.16).



modernização de seu parque produtivo e de expansão da sua capacidade de geração de energia. O compromisso com a população atendida e os movimentos de mobilização populares (com o apoio da imprensa) demonstravam insatisfação com os serviços oferecidos e preços cobrados³ (RIBEIRO, 2003 p. 33).

Para realizar o seu projeto de “saneamento, produção e transportes” (RIBEIRO, 2003, p. 39), Jones dos Santos Neves, que governou o Espírito Santo entre 1943 e 1945 (e depois de 1951 a 1955), enfrentou problemas com o abastecimento de energia elétrica. A insatisfação quanto à falta de qualidade do serviço oferecido pela CCBFE não era exclusiva à população civil, empresas comerciais e industriais não tinham a estabilidade necessária para realizar suas atividades.

A Necessidade da Criação da Escelsa

Neste momento, a CCBFE não era capaz de suprir a demanda das pessoas e das empresas por energia elétrica. Dessa forma, o governo aparece enquanto responsável por realizar planejamentos, por oferecer financiamento e captar capitais privados.

De acordo com Ribeiro (2003, p.42), o governo do estado do Espírito Santo antes de assumir a responsabilidade de elaboração e execução das obras para ampliação da capacidade geradora de energia elétrica, propôs que a CCBFE elaborasse o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Jucu II, porém, não obteve respostas da empresa⁴.

Por isso, Jones dos Santos Neves buscou apoio financeiro do BNDE e deu início ao projeto de construção de duas usinas no rio Santa Maria. Em seguida, para a confecção

³ É importante pontuar que o então governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves era um entusiasta do nacional desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, e na divisão contextual da época era colocado junto dos nacionalistas. O contexto político-econômico mundial que perdurara desde o início da Segunda Guerra Mundial, determinou um tipo de industrialização destinado a substituir os bens que anteriormente eram importados, isso recebeu o nome de Processo de Substituição de Importações. Sobre isso, ver Tavares (1983).

⁴“Antes de iniciar sua execução o governador convocou os dirigentes da AMFORP/CCBFE ao Palácio para propor-lhes que assumissem a elaboração do projeto e a construção da Usina Hidrelétrica Jucu II, considerada uma importante obra para a ampliação do aproveitamento do potencial energético do rio Jucu. Essa participação teria a dupla função de apaziguar os ânimos contra o capital estrangeiro, considerado oportunista pelos membros do governo, bem como simbolizar a participação privada na formação da infraestrutura econômica que capacitaria o salto industrial pretendido. Porém, findo o prazo estipulado para a apresentação do projeto ao governador, a AMFORP/CCBFE ainda não havia se definido por assumir as obras.” (RIBEIRO, 2002, p.42)



de uma delas, a Usina Suíça, o governo contou com o apoio do Departamento de Obras e Saneamento, o projeto ficou pronto em 1954 (RIBEIRO, 2003, p.44).

São nessas circunstâncias que se ensaia a criação de um sistema elétrico estadual no Espírito Santo, sendo nesse momento sua expressão máxima a Lei estadual 755⁵ de 07 de dezembro de 1953. Esta Lei foi a responsável pela criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) e autorizava que o poder Estatal explorasse o potencial de geração de energia hidrelétrica, permitia a incorporação da usina de Rio Bonito, no rio Santa Maria (que ainda estava em construção) e de outras usinas que fossem propriedade do Estado ou que por algum motivo o Estado construísse, instalasse ou adquirisse, à empresarecém criada. De acordo com Ribeiro (2003, p.48), a

Lei 755 foi resultado de um acordo com o governo federal através do BNDE, devendo o governo estadual criar uma empresa pública que lentamente absorveria as minúsculas empresas envolvidas com a geração, transmissão e distribuição de eletricidade das pequenas localidades, bem como supriria as deficiências de suprimento na zona de concessão da CCBFE a partir das obras de Rio Bonito, em andamento. Ou seja, na montagem jurídica do sistema elétrico estadual a construção de Rio Bonito vinha formalizar o projeto do Governo Jones que simbolizava a capacidade realizadora do Estado do Espírito Santo e seu compromisso com a idéia de modernidade que permeava a sociedade brasileira nos anos de 1950.

Nesse cenário, fica evidente o descaso das empresas privadas instaladas no setor de energia elétrica, pois os ônus correspondentes à construção das usinas e linhas de transmissão eram incumbência do governo por meio do BNDE⁶.

A operação da Escelsa oferecia à população esperança de que futuramente esta empresa pudesse atuar também no segmento de distribuição de energia elétrica e competir com a CCBFE. (RIBEIRO, 2003, p.72).

Os Serviços Prestados pela CCBFE

A energia vendida pela CCBFE, de acordo com Bittencourt (1979) tinha o preço do kWh 5,41 vezes maior que o cobrado pela CEMIG em Minas Gerais, 2,04 vezes maior

⁵Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI7551953.html>> Acesso em: 13/08/2020.

⁶ “Assim, graças à articulações políticas de Jones dos Santos Neves com Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, o Governo do Estado, já autorizado pelo Poder Legislativo através da Lei 755 de 7 de dezembro de 1953, firmou convênio com o BNDE no valor de Cr\$171.798.000,00 (US\$9,177,240.00) em 12 de janeiro de 1954, repassando ao banco o compromisso pelo pagamento integral das obras da Usina Hidrelétrica de Rio Bonito, incluindo a construção das linhas de transmissão.” (RIBEIRO, 2003, p.48)



que o cobrado pela Light em São Paulo e 2,4 vezes maior que o cobrado pela Light no Rio de Janeiro. Isso elucidava o porquê de tamanha insatisfação da população. Agricultores, comerciantes e industriais organizaram uma comissão na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, com o intuito de reivindicar o barateamento da energia⁷.

A CCBFE alegava que existia muita incerteza por parte dos investidores desde a promulgação do Código de Águas. E em 1941, o Decreto Lei 3.128⁸ estabelecia limites para remuneração dos investimentos de acordo com seu custo histórico:

Art. 2º. O capital a remunerar, que será chamado "Investimento", é o efetivamente gasto na propriedade do concessionário, desde que em função permanente da sua indústria, concorrendo, direta ou indiretamente, para a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia. (DECRETO, 3.128 de 19 de março de 1941, n/p)

Neste momento já existia a ideia da encampação da CCBFE pelo Estado e também haviam manifestações populares acontecendo⁹. A medida que a CCBFE tomou para

⁷ “[...] o valor elevado das tarifas fazia com que uma empresa industrial de Cachoeiro de Itapemirim pagasse Cr\$5.095,00 (US\$22.77) o kilowatt-hora, enquanto em Minas Gerais seria cobrado Cr\$1.130,00 (US\$5.05), no Rio de Janeiro Cr\$2.180,00 (US\$9.74) e em São Paulo Cr\$2.500,00 (US\$11.20) pela mesma energia” (RIBEIRO, 2002, p.73-74).

³⁰ “Entre nós, as medidas paliativas tomadas pela Central Brasileira refletiam no preço da energia distribuída tornando-se insuportável. Disto resultou um movimento popular de boicote em Cachoeiro de Itapemirim', de grande repercussão no Estado. Elementos do povo, industriais, comerciantes e agricultores de Cachoeiro de Itapemirim organizaram uma comissão encarregada de lutar pelo barateamento da energia elétrica na Cidade, objetivando equiparação de preços aos Estados circunvizinhos servidos por energia muito mais barata. Se o processo histórico já nos legara uma condição de desequilíbrio regional, o alto preço e a insuficiência fazia aumentar este desequilíbrio. Sem infra-estrutura energética não haveria atração às iniciativas econômicas.” (BITTENCOURT, 1979, p. 69).

⁸ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3128-19-marco-1941-413070-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 03/11/2020.

⁹ “As sucessivas manifestações populares, como não poderia deixar de ser, ganha a Assembléia Legislativa. Nela, em reunião de apoio ao movimento comparece inclusive o Arcebispo Metropolitano. Sem condições de luta capitula a Central Brasileira com uma sensível redução no preço do KWh vendido à população: até 50 KWh pagar-se-ia unitariamente Cr\$ 3,10; pelos seguintes até 150 KWh, Cr\$ 2,90 e a partir daí Cr\$ 2,00. O consumo industrial e comercial seria calculado com base na portaria nº 48 de 15 de janeiro de 1960, com desconto de 25% do valor do consumo. Para isso fora necessário que a Escelsa diminuisse seu preço em 50%.” (BITTENCOURT, 1979, p. 69). Também, aconteceu um movimento a favor da encampação da CCBFE que foi liderado por um deputado estadual do PSD. O deputado organizou um boicote que consistia em incentivar o não pagamento das contas de energia elétrica. Essa atitude obteve o apoio dos trabalhadores do sindicato da CCBFE, de outros deputados e de empresas como Chocolates Garoto S/A que por causa dos altos preços e insuficiência dos serviços prestados pela CCBFE cogitava mudar suas instalações para São Paulo (RIBEIRO, 2003) Ante o crescimento do boicote e da adesão de deputados, sindicatos, do arcebispo de Vitória e mesmo de empresas do porte e tradição da Chocolates Garoto S/A, de Vila Velha, que ameaçava transferir-se para São Paulo para reduzir os custos de produção[...]” (RIBEIRO, 2003, p. 74-75)



melhorar sua situação frente aos cidadãos foi: uma leve redução no preço do kWh vendido. O preço seria inversamente proporcional ao consumo das casas e o consumo comercial e industrial seguiria outra lógica (BITTENCOURT, 1979).

Todavia, para que isso fosse possível a Escelsa precisaria diminuir em 50% o preço da sua energia vendida à CCBFE (BITTENCOURT, 1979, p.69). Essa situação coloca em evidência a incapacidade da CCBFE de atender as necessidades da população ao mesmo tempo em que não prescinde da obtenção de lucros.

Num momento de expansão urbana e de tentativa de industrialização, a população de Vitória aumentou 63%. Entre as décadas de 1950 e 1960, constata-se que a energia elétrica oferecida ainda era insuficiente para suprir a demanda local, acirrando os debates sobre a falta de investimentos por parte da CCBFE em usinas hidrelétricas (RIBEIRO, 2003, p.80).

Os conflitos entre os usuários dos serviços da CCBFE, a empresa e o Governo do Espírito Santo permaneceram. Isso implicou em pressões para que a subsidiária da AMFORP fosse encampada.

Na década de 1950 era perceptível que o parque produtivo da CCBFE estava ultrapassado e seus equipamentos eram obsoletos. Diante da improficiência do setor privado, o governo ficava encarregado de oferecer alternativas viáveis que atendessem todos os segmentos da sociedade que se sentiam lesados. (RIBEIRO, 2003).

Com o início da década de 1960, além do aumento da demanda por energia, aparecera a necessidade de modificar o suprimento de energia de 50 para 60 Hertz para fazer a interligação de redes regionais. A situação de desinteresse em investimentos na distribuição e geração de energia hidrelétrica por parte da CCBFE/AMFORP permanecia (RIBEIRO, 2003).

Como explica Ribeiro (2003), essa estagnação e desinteresse da CCBFE/AMFORP não era impossibilidade ou falta de planejamento, mas uma escolha da empresa, uma decisão de instâncias superiores em não promover o investimento na construção das usinas hidrelétricas.



Posto que o desinteresse em investimentos por parte da AMFORP era uma opção consciente, a obsolescência do parque produtivo da CCBFE não era algo desconhecido¹⁰. O presidente Juscelino Kubitschek reconheceu que alguns serviços públicos (entre eles o fornecimento de energia elétrica) estavam defasados (RIBEIRO, 2003, p.120).

Os mais diversos segmentos da população capixaba tinham ciência de que a CCBFE era um obstáculo ao desenvolvimento do Espírito Santo, isso num momento em que as ideias sobre a industrialização se tornam pujantes. Assim, o clamor popular por sua encampação se intensifica (RIBEIRO, 2003).

Em 1959 o então governador Carlos Lindemberg deu o primeiro passo para uma possível encampação da CCBFE, através de uma mensagem ao Presidente da República, requerendo uma análise sobre os bens desta empresa para conceder-lhe indenização e assim encampá-la. Lindemberg ocupou o cargo de governador apenas durante o ano de 1959 e nesse ínterim, não recebeu respostas do presidente da República (RIBEIRO, 2003).

Diante desse cenário percebe-se o desinteresse da CCBFE/AMFORP em realizar novos investimentos para atender a demanda da população e das indústrias. Assim, a possibilidade de compra desta empresa pelo estado do Espírito Santo se mostrava cada vez mais factível.

A Compra Embaraçosa da CCBFE

A venda da CCBFE para o governo brasileiro era esperada dentro de um futuro próximo, mas esta não era a única subsidiária da AMFORP que estava neste processo. Por isso, diante dos acontecimentos com outras subsidiárias, - a exemplo da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG)¹¹- a AMFORP alegava ter sido lesada. Assim, para que as negociações sobre a venda da CCBFE (e de mais 10 empresas do grupo AMFORP) acontecessem, não era desejado (por parte da AMFORP) que a negociação se

¹⁰Para ilustrar essa obsolescência e defasagem para que contribuía a CCBFE/AMFORP no Brasil: “Verdadeira surpresa para mim foi a descoberta do atraso brasileiro dentro da América Latina[...]. Um indicador importante, como a produção de energia elétrica, dava uma medida de nosso atraso: em 1947 a produção brasileira correspondia a 65 por cento da da Argentina e a 61 da mexicana, sendo que a população brasileira duplicava a do México e triplicava a argentina.” (FURTADO, 1985, p. 56)

¹¹ Abordar a encampação da CEERG pelo governo riograndense está além do escopo deste trabalho. Para isso ver: Dos Santos (2004)



desse “entre a diretoria da empresa e os poderes locais” (SAES; SASSE, 2012, p.134) e sim entre o governo brasileiro, representado por Roberto Campos (embaixador do Brasil nos EUA na época) e o governo dos EUA.

Em 1962, o governador interino Hélsio Cordeiro através do Decreto Estadual 302 de 31 de julho de 1962, estabelecia a encampação da CCBFE¹². No mesmo ano, o então presidente João Goulart foi a Washington para uma reunião com o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Entre as pautas da reunião estava a questão da CCBFE e de todas as empresas concessionárias de serviços de energia elétrica que pertenciam ao grupo AMFORP (RIBEIRO, 2003, p.115).

Posteriormente, com as discussões e tentativas de acordo para a compra das empresas do grupo AMFORP entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos, foi criada uma Comissão Interministerial para auxiliar no processo de aquisição das empresas da AMFORP (SAES; SASSE, 2012, p.136).

Destarte, os grupos chamados de “nacionalistas”¹³ alegava que o pagamento pela compra das empresas da AMFORP havia sido aprovado por mais que o dobro do que fora avaliado anteriormente (SAES; SASSE, 2012, p.137).

Em 1963, o então Ministro da Fazenda Santiago Dantas se reuniu com o presidente da AMFORP, os dois teriam definido que o pagamento que o governo brasileiro ofereceria para a compra das empresas do grupo AMFORP seria de US\$ 10,770,000, 00. Futuramente, o Ministro da Fazenda Carvalho Pinto ao se reunir com representantes da AMFORP revelaria que o governo brasileiro não era capaz de efetuar o pagamento da quantia anteriormente estabelecida. Por isso, Mr. Sargent (presidente da AMFORP) acionou o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon (SAES; SASSE, 2012, p.139).

¹² “Nesta disputa, a questão da encampação da Central Brasileira não deixaria de estar presente. Assim, unindo a experiência de Asdrúbal Soares à frente da ESCELSA ao desejo popular pela desapropriação da CCBFE, a oposição ao PSD articulou-se com o governador interino Hélsio Cordeiro, que decretou a encampação da CCBFE pelo Governo do Estado em 31 de julho de 1962.” (RIBEIRO, 2003, p. 102)

¹³ “Divulgada a determinação da Comissão Interministerial, grupos nacionalistas passariam a se manifestar. Conforme os argumentos de um dos maiores porta-vozes dos nacionalistas, Leonel Brizola: ‘A afirmativa de que a Comissão Ministerial aprovou o pagamento pelas ações do DOBRO do valor apurado pela CONESP revela má fé e constitui tentativa grosseira de mistificação’” (SAES; SASSE, 2012, p.137)



João Goulart estava pressionado pela iminência de pagamentos necessários para a rolagem da dívida em 1963. “[...] pagamento de empréstimo de curto prazo de 25 milhões de dólares para 26 de julho e outro de 12 milhões para o final do ano.” (SAES; SASSE, 2012, p.134). Por isso, para Goulart, era necessário mais tempo para que fosse possível resolver a questão da compra das subsidiárias da AMFORP, tempo esse que não lhe foi concedido. Com o golpe militar, uma nova Comissão Interministerial foi criada para cuidar desse assunto.

Na nova negociação, mediada pela agência sueca Scandinavian Engineering Corporation “O valor total obtido pela agência sueca dos ativos mobilizados das subsidiárias da AMFORP [...] foi de US\$ 218,4 milhões de dólares”¹⁴ (SAES; SASSE, 2012, p.140-141). A partir desse momento, a proprietária das sucatas da AMFORP era a Eletrobrás.

[...]conforme foi observado para a transição da década de 1950 para 1960, são os interesses da AMFOPR de deixar o país que teriam guiado as negociações. **É a metamorfose do capital estrangeiro que define o processo histórico, o interesse de sua reprodução.** Ademais, mais do que uma negociação encabeçada pela elite financeira da AMFORP com os representantes do setor elétrico no país, o governo Brasil teria que lidar com a pressão política e diplomática para encaminhar seu projeto de expansão do setor elétrico. Estabelecer a compra das subsidiárias do grupo AMFORP no Brasil representava dar o tom da política econômica que o Brasil possuiria. (SAES; SASSE, 2012, p.143, negrito ITA)

De acordo com Ribeiro (2003), a Eletrobrás assumiu as dívidas que as empresas subsidiárias da AMFORP tinham com o Eximbank. Em dezembro de 1962 essas dívidas somavam US\$7,7 milhões. As dívidas que a CCBFE tinha com o Eximbank apresentavam o montante de US\$ 451,475.00. Além disso, em junho de 1964 as dívidas da CCBFE com a AMFORP eram de US\$2,040,000.00¹⁵.

¹⁴ “O pagamento, finalmente, ficava determinado nos seguintes termos: 135 milhões de dólares pelos bens da empresa, além do pagamento de 10 milhões de dólares como compensação do atraso e 7,7 milhões de dólares aos juros e dividendos. A Lei nº 4428 de 1964 determinou, então, a compra e contrato de transferência de ações para a Eletrobrás firmado em novembro, com assinatura do Presidente da Eletrobrás Octávio Marcondes Ferraz e pelo chanceler Juraci Magalhães. O pagamento se daria sob a forma de empréstimo a ser pago em 45 anos com juros de 6,5% anuais.” (SAES; SASSE, 2012, p. 141)

¹⁵ “[...]referentes a US\$1,480,000,00 em empréstimo registrado em US\$ a 8% - à vista e US\$560,000.00 em empréstimo não registrado em US\$ a 8% - à vista. Quanto a juros acumulados e não pagos, em dólares, em dezembro de 1962, a CCBFE devia a quantia de US\$238,394.58 em juros pagáveis à AMFORP sobre Empréstimos Registrados e US\$111,139.99 sobre Empréstimos não registrados. Em relação a Diversos Créditos Correntes as dívidas da CCBFE eram relativas a US\$2,000.00 efetuados pela AMFORP a auditores e US\$4,564.04 pagáveis à EBASINT por serviços de orientação e consultas. Todos esses



A escolha de realizar a compra das subsidiárias da AMFORP no Brasil de modo a evitar desentendimentos com o governo norte-americano tinha o objetivo de colocar o Brasil nas “ilhas de sanidade administrativa”¹⁶ e assim tornar possível o recebimento dos recursos do USAID¹⁷.

A compra da CCBFE foi concluída, mas a junção desta com a Escelsa não foi imediata. A fusão dessas empresas teve início em 1966 e levou dois anos para ser concluída.

O meio tempo entre a junção da CCBFE com a Escelsa

Nesse momento a CCBFE era também uma empresa estatal. Sua fusão com a Escelsa era de interesse do governo estadual, percebia-se que existia alguma compreensão do quão prejudicial para o desenvolvimento do Espírito Santo seria se a nova empresa fosse refém da obtenção de lucros, como era a CCBFE/AMFORP.

Em 1965 a Usina Hidrelétrica de Suíça foi inaugurada. Isso representou um aumento de mais de 100% da capacidade geradora de energia elétrica da Escelsa. O abastecimento da Usina de Suíça aconteceu também em áreas que eram de concessão da CCBFE. Isso também mostra a ineficiência da Central Brasileira em atender a demanda por energia elétrica (RIBEIRO, 2003).

Além do abastecimento residencial, a Escelsa vendia a energia que gerava para outras empresas (do ramo de energia elétrica ou não) como a CCBFE, Empresa de Luz e

compromissos da CCBFE somavam US\$356,098.61 (Cr\$427 milhões).” (RIBEIRO, 2003, p.143) Para outros detalhes sobre os termos e condições da compra da AMFORP pelo governo brasileiro ver Ribeiro (2003).

¹⁶ O termo “ilhas de sanidade administrativa” foi usado dentro do contexto da Aliança Para o Progresso para definir os países que realizavam políticas amistosas aos interesses norte-americanos e por isso seriam dignos de receber ajuda financeira. “[...] do ponto de vista da Aliança para Progresso, um programa de ajuda externa norte-americana direcionado para a América Latina lançado nos primórdios da administração de J. F. Kennedy (1961-63) e implantado nos anos subsequentes. O presidente americano propôs um plano de cooperação de dez anos, com o objetivo declarado de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político, inserindo-se assim numa tradição que remontava ao New Deal e aos programas do pós-guerra como o Point Four e o Plano Marshall.” (RIBEIRO, 2006, p. 152)

¹⁷ A USAID (United States Agency for International Development) foi uma Agência dos Estados Unidos criada em 1961 com o objetivo de oferecer ajuda financeira a países que tinham uma política econômica que os Estados Unidos consideravam sã. Ou seja, só receberiam recursos os países que estivessem nas consideradas ilhas de sanidade administrativas. Essa ajuda não estava relacionada a reconstrução de países atingidos pela Segunda Guerra, possuía caráter civil (RIBEIRO, 2003).



Força de Santa Maria S.A., a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e para o Frigorífico Toniato S.A. (RIBEIRO, 2003, p.164)

Como salienta Ribeiro (2003), estes eram considerados consumidores “em grosso”¹⁸. Outros consumidores de energia elétrica importantes que estavam localizados na zona de concessão da CCBFE eram: o Porto de Tubarão e duas usinas de pelotização de minério da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

De acordo com Ribeiro (2003), no ano de 1965, a Escelsa tinha seu sistema de distribuição de energia interligado ao da CBBFE. Conforme o Relatório da Diretoria da Eletobrás¹⁹ referente ao exercício de 1966, a interligação das redes era uma necessidade e implicava no melhor aproveitamento de fontes naturais, equipamentos, etc. Para tornar possível obras dessa magnitude era necessário a existência de um controle central, exercido pelo governo Federal e expresso na figura da Eletobrás.

Isso possibilitou que a Escelsa passasse a oferecer energia para mais 6 municípios no Espírito Santo: Aracruz, Guarapari, Anchieta, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves. Por meio de elaboração de projetos e convênios com empresas privadas e prefeituras, a participação da Escelsa na geração e distribuição de energia elétrica pelo estado do Espírito Santo era crescente (RIBEIRO, 2003).

Além da execução, retomada e realização de obras de ampliação nos três setores em que a empresa atuava (geração, transmissão e distribuição), a Escelsa realizava estudos e projetos²⁰.

Nesse contexto a Eletobrás orientou que a CCBFE realizasse investimentos e projetos de expansão. Desse modo a CCBFE também se tornava protagonista no cenário

¹⁸ É importante pontuar que toda a energia produzida pela Usina Suíça era distribuída pela CCBFE (RIBEIRO, 2003, p.184)

¹⁹ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=80150&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 14/11/2020.

²⁰ Mostrar detalhadamente quais foram as compras, execuções de ampliação de rede elétrica, construção de linhas de transmissão, obras retomadas, etc está além do escopo deste trabalho e já foi feito por Ribeiro (2003). Mas alguns exemplos são: estudos para reforma da Usina de Urupi, estudos e projetos para a reforma da rede elétrica de Conceição da Barra, projetos para que equipamentos da prefeitura de Muniz Freire pudessem ser aproveitados, estudos para a montagem e aquisição de um gerador em Cachoeiro do Itapemirim, projeto para a instalação de um equipamento da prefeitura da cidade de Pancas numa usina hidrelétrica no Rio Pardo, projeto para a construção da Usina de Água Doce, no Rio Prêto, projeto para o aproveitamento da Usina de Divino São Lourenço, projetos para o aproveitamento da Cachoeira de Matilde, localizada no Rio Benevente (RIBEIRO, 2003, p.163).



do desenvolvimento capixaba e assinou um contrato com a USAID no valor de US\$ 13,3 milhões. Deste montante: US\$ 3 milhões para serem destinados na expansão do sistema de distribuição de energia que a CCBFE já possuía e US\$10,3 milhões para serem destinados à construção e equipamentos da usina de Mascarenhas. A CCBFE também se beneficiaria de recursos advindos do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) 1964-1967²¹.

Ribeiro (2003, p.179) mostra que, sob o comando da Eletrobrás, a CCBFE também melhorou sua rede de distribuição de energia aos consumidores finais. Houve a obtenção por parte do BNDE, de US\$675,000.00 que foram usados para a conversão da rede de 50 para 60 Hertz, mudança necessária para a padronização e integração entre as regiões do estado do Espírito Santo. Essa mudança já estava prevista na Lei 4.454, de 6 de Novembro de 1964 e dela dependia o funcionamento da COFAVI.

Nesse mesmo período, a Escelsa segue com a estratégia de anexar serviços (privados ou públicos) de pequenos municípios, tornando-se responsável pela distribuição de energia nos municípios de Santa Leopoldina, Itaguaçu, Fundão, Rio Novo do Sul, Linhares, Ibirajú, Barra de São Francisco e Aracruz²². No mesmo ano, a Escelsa foi a empresa de geração do ramo de energia elétrica que mais apresentou acréscimo de energia gerada em relação ao ano anterior em todo o Brasil²³.

No ano de 1967, o sistema que incluía a CCBFE e a Escelsa apresentava folga, ou seja, a oferta de energia era maior que a quantidade de energia demandada, mesmo que o

²¹ O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) tinha entre seus objetivos: “ (i) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962-1963; (ii) conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966; (iii) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhoria das condições de vida; (iv) assegurar, pela política de investimentos , oportunidades de emprego produtivo à mão de obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; (v) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.” (RESENDE, 1995, p.213-214).

²² Há ainda muitas outras obras de construção, expansão, aperfeiçoamento que foram realizadas pela Escelsa nesse período. Para mais detalhes sobre quais foram essas obras ver Ribeiro (2003).

²³ “Além disso, a ESCELSA demonstrava a cada dia ser portadora de melhorias no atendimento aos municípios servidos diretamente investindo Cr\$500.000.000,00 (US\$225.000.00), boa parte sendo recursos próprios, em construção e melhorias nas rede de distribuição em Rio Novo do Sul, Capim Angola, Anchieta, Iriiri, Ubu, Alfredo Chaves, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Fundão, Jacupemba, Guaraná, Guarapari, Perocão e Setiba, Conceição da Barra, Montanha, Água Doce, Barra do Riacho, Vila do Riacho e Córrego D’Água.” (RIBEIRO, 2003, p.180)



consumo de energia elétrica nessa região tivesse aumentado. Por isso, entende-se que o problema de insuficiência de energia elétrica que o Espírito Santo apresentava ao longo das últimas duas décadas havia chegado ao fim (RIBEIRO, 2003).

A partir de um planejamento organizado com vistas ao financiamento público através da ELETROBRÁS ou com o aval desta, em 1967 foram também **concluídas 741 obras de expansão e 58 obras de melhoramentos gerais [...]** Além disso, foram instaladas **124 unidades transformadoras, sendo 34 dessas unidades destinadas a obras de melhoramento das redes e 41 unidades para as obras cobertas por verbas federais.** (RIBEIRO, 2003, p.190, negrito ITA.)

A CCBFE se torna Escelsa

Em 27 de outubro de 1967, através da Lei Estadual nº 2.305²⁴ aconteceu formalmente a fusão da CCBFE com a Escelsa. Esta Lei estabeleceu que Escelsa seria o nome dessa “nova” empresa e que o estado do Espírito Santo teria 5% do capital social da “nova Escelsa”, enquanto os demais acionistas da “antiga Escelsa” e da CCBFE e a Eletrobrás teriam 95%. Na prática, acontecia uma significativa diminuição do poder do Espírito Santo sobre a empresa. Porém, essa medida estava de acordo com o objetivo do governo federal de realizar um planejamento centralizado coordenado pela Eletrobrás.

Assim estava constituída a “nova” Escelsa e em 1966, o discurso da Eletrobrás, tinha a expansão da produção de energia elétrica com o uma necessidade.

Quando a energia elétrica é insuficiente em quantidade, ou suas características ou qualidades são más, há uma distorção na economia que prejudica o desenvolvimento do País e conseqüentemente a melhora de seu padrão de vida. A carência de energia é uma das mais típicas marcas de subdesenvolvimento. (RELATÓRIO..., 01//05/1966)²⁵

Desse modo, vê-se a justificativa para as expansões realizadas no parque produtivo da Escelsa, no planejamento e construção de novas usinas, recuperação das instalações compradas pelo governo, no esforço para interligação das redes de transmissão, para melhor utilização dos equipamentos já adquiridos, como foi mostrado por Ribeiro (2003).

²⁴ Disponível em:

<<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO%20N%C2%BA%202305.html>>

Acesso em: 20/08/2020.

²⁵ Disponível

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=71141&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 18/08/2020

em:



Apesar de a opinião pública definir a compra das subsidiárias da AMFORP como extremamente vantajosa para o governo brasileiro, há o reconhecimento de que também coube ao governo promover a recuperação dos parques produtivos que se encontravam “[...] deficientes, em adiantado estado de deterioração.” (RELATÓRIO..., 01/05/1966²⁶) e por isso, era de responsabilidade do governo terminar obras e instalações anteriormente iniciadas. Na mesma matéria de jornal: “Energia Elétrica não é assunto para diletantismo ou para manobras políticas.” (RELATÓRIO..., 01/05/1966).

Até aqui expusemos a história da Escelsa, os motivos para a sua criação, a situação embaraçosa que envolveu a compra da CCBFE e a junção dessas duas empresas. Essa foi a contextualização necessária para que os próximos tópicos deste trabalho tratem da privatização da Escelsa. Mas, antes disso faremos algumas breves considerações acerca do setor elétrico e do papel da Eletrobrás. Em seguida, o trabalho dará um salto histórico de 30 anos, para o ano de 1995, quando a privatização da Escelsa aconteceu.

Questões sobre o setor elétrico brasileiro: justificativas, embaraços da privatização e o papel da Eletrobrás

Para tratar mais a frente mais detalhadamente da privatização da Escelsa, há que se ter em conta a importância da Eletrobrás²⁷, sua criação como um marco da intervenção Estatal no setor de energia elétrica, sua missão de integrar os sistemas já existentes, modernizá-los e ampliá-los.

²⁶Disponível

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=71141&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 18/08/2020

²⁷ “[...] ficam evidentes quais eram as missões reservadas ao setor elétrico na implementação da estratégia desenvolvimentista: em primeiro lugar, viabilizar, no longo prazo, a obtenção de tarifas bastante reduzidas a partir da realização de grandes obras hidrelétricas capitaneadas pela ELETROBRÁS, o que equivalia a incentivar a redução da dependência energética do país em relação ao petróleo; em segundo, incentivar a desconcentração industrial ao eliminar a influência do diferencial de tarifas na definição da localização dos investimentos industriais. Portanto, em 1974 ampliavam-se significativamente os objetivos que o setor elétrico havia cumprido na primeira fase da intervenção estatal. Já não se buscava apenas prover a sociedade de um serviço público fundamental com qualidade e preços reduzidos. Tratava-se, isto sim, de utilizar o setor elétrico como meio de atingir os objetivos estipulados naquela estratégia de desenvolvimento. Para que esses objetivos pudessem ser cumpridos, o setor elétrico brasileiro – que já era unificado no plano físico – unificou-se enquanto *locus* de acumulação, reforçando e centralizando seus mecanismos de geração interna de recursos.” (BURATINI, 2004, p.34)



Por meio da Lei 3.890²⁸ de 25 de abril de 1961 a Eletrobrás passa a existir oficialmente com a finalidade de “[...] realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades” (LEI, 3.890-A, 1961, n/p). Dessa forma, entende-se a Eletrobrás como um agente central para o desenvolvimento do setor de energia elétrica “O setor energético brasileiro é extremamente complexo e, mesmo assim é o maior sistema integrado do mundo.” (BULSIK, 1994, p.4)

Havia (e ainda há) um predomínio da geração hidrelétrica de eletricidade no Brasil. Em 1994, 95% da energia produzida no Brasil tinha essa origem (BUSLIK, 1994). As grandes dimensões e contingente populacional do país imputavam necessidade de grande dedicação a esse complexo sistema que precisava atender grandes demandas. Por conta da predominância do uso desse tipo de energia, “o setor evidencia-se como de capital intensivo na etapa de construção das usinas e de longa maturação de seus investimentos.” (BUSLIK, 1994, p.8)

Na década de 1990, a ideia de que a competitividade do setor privado traria frutos positivos de modo a proporcionar a modernização do setor e “[...] atrair a estabilização econômica do país e o incremento da produtividade” (BUSLIK, 1994, p.24) foi muito difundida.

Tratar da privatização do setor elétrico (quaisquer que fossem suas partes) era enfrentar uma polêmica que trazia controvérsias. Os argumentos em defesa da não desnacionalização do setor elétrico brasileiro a exemplo de seu caráter estratégico e sua importância para integração, soberania e segurança nacional pareciam ser desprezados. Na defesa das privatizações desprezava-se também que o endividamento setorial era resultado de subordinação à política econômica, por meio das estratégias usadas para

²⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3890-a-25-abril-1961-353665-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20/08/2020.



administração do Balanço de Pagamentos e a administração da inflação²⁹. Para que isso fosse possível, realizava-se o encolhimento das tarifas³⁰ (BUSLIK, 1994).

Aponta-se ainda como razões da crise do setor e energético: “[...] o fim dos recursos do Banco Mundial e a extinção, pela Constituição de 1988 do IUEE- Imposto Único sobre Energia Elétrica e dos empréstimos compulsórios que alimentavam o setor.” (MELLO, 1996, p.11)

Era amplamente divulgado que o Brasil não possuía os recursos necessários para os investimentos que precisavam ser feitos em energia elétrica, infraestrutura, transporte, etc. Segundo essa lógica, as deficiências desses setores acentuavam o déficit público, de modo a impossibilitar a existência de recursos para aplicação em áreas tidas como responsabilidade do Estado³¹ (BUSLIK, 1994).

Ainda de acordo com Buslik (1994), a intenção do governo era utilizar os recursos oriundos das privatizações para o Tesouro Nacional. Assim, apesar de existirem outras maneiras de atrair investimentos privados para o setor de energia elétrica, apenas a venda do patrimônio público era capaz de proporcionar recursos para este fim.

Mello (1996) considera que um dos objetivos para a privatização do setor elétrico brasileiro seria a substituição do governo pelo setor privado nos dispêndios com investimentos necessários ao setor elétrico.

Alguns infortúnios sobre a privatização do setor elétrico

Ao listar elementos que colaboravam para a “lentidão” do ritmo das privatizações Mello (1996) destaca: a necessidade de colaboração dos governos estaduais, a

²⁹ “Já é do conhecimento comum que a política tarifária do setor tem sido implementada, nas últimas duas décadas, de forma a servir de estabilizador de inflação. Tal política de interferência do governo trouxe consequências extremamente negativas ao setor elétrico, que esgotou suas possibilidades de autofinanciamento. Além disso, outras decisões foram tomadas que, progressivamente, foram subtraindo fonte de financiamento deste setor como a extinção do Imposto Único de Energia Elétrica (IUEE). Desta forma, a sua expansão ficou bem prejudicada.” (BUSLIK, 1994, p.16)

³⁰ “A tarifa retraída em favor da manipulação dos índices inflacionários e dos salários vem, geralmente em detrimento da rentabilidade real das empresas concessionárias...” (BUSLIK, 1994, p.17)

³¹ “Privatizando-se a realização de obras, bem como a finalização das não concluídas, estaria o Tesouro Nacional aliviado desses investimentos, pouparia despesas de manutenção, e o Estado estaria mais à vontade para exercer as suas verdadeiras funções. O Estado deve prover e administrar as necessidades básicas da sociedade. Deve reduzir ao mínimo ações operacionais.” (BUSLIK, 1994, p.35) “As aberrações corporativistas cultivadas pelo modelo monopolista estatal revelam um caráter extremamente perverso de um Estado que, por razões políticas e culturais concentradoras, descuida-se abertamente das suas funções sociais.” (BUSLIK, 1994, p.36)



complexidade de regulação e o reduzido impacto fiscal. Este último é de extrema importância, pois, a modelagem escolhida para a desnacionalização do setor elétrico foi a de venda fragmentada e uma vez que o setor elétrico brasileiro estava instituído a partir da Eletrobrás, fazer com que os recursos oriundos dessas privatizações tivessem o Tesouro Nacional como destino não era possível.

No modelo de venda fragmentada a geração direta de recursos para o governo federal é difícil porque as empresas vendidas são subsidiárias ou coligadas das controladoras e, então, o verdadeiro vendedor é a Eletrobrás. **Por isso mesmo, o programa de privatização não tem para o governo brasileiro o mesmo atrativo que tem ou teve em muitas outras economias onde as receitas de privatização frequentemente desafogaram governos em séria crise fiscal,** constituindo-se essas mesmas receitas no principal fator gerador da chamada “vontade política” para privatizar. (MELLO 1996, p.8, negrito ITA)

Com este modelo de venda, Mello (1996) alertava que os recursos obtidos pelas privatizações³² não seriam suficientes para sanar as contas públicas ou sequer reduzir a dívida. Incongruente estas eram algumas justificativas para que as privatizações acontecessem.

Ainda sobre as possibilidades de desnacionalização do setor elétrico Buslik (1994) defendeu que a área de transmissão deveria continuar como monopólio Estatal por causa de sua complexidade³³. Sobre esta questão, Mello (1996) apresenta a justificativa de as usinas estarem interligadas, muitas construídas no leito do mesmo rio. Assim, se as operações não fossem feitas de forma planejada, haveria risco de perda de 20% a 30% da energia já gerada.

Sobre transmissão de energia, em 1993 o governo federal propôs a criação do Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (Sintrel). Apesar de o Sintrel ter demorado mais que o planejado para funcionar, a ideia por trás de sua criação era de integrar todo o território nacional por meio de uma rede de transmissão. Isso feito, havia esperanças de que essa parte do setor elétrico se tonasse atrativa ao setor privado, “[...] pois os novos produtores certamente gostariam de ter a garantia de poder fornecer aos

³² “É fácil perceber que, neste caso, o trânsito dos recursos obtidos com a privatização para o caixa do Tesouro é muito mais lento e complicado do que se as ações do Tesouro na controladora tivessem sido vendas.” (MELLO. 1996, p.27).

³³ “A transmissão, por sua complexidade e valor estratégico, deve ter monopólio regulador estatal.” (BUSLIK, 1994, p. 39).



diversos pontos do território nacional e deveriam, portanto, ter livre acesso à malha de transmissão” (MELLO, 1996, p.25)

A venda da Escelsa: Antecedentes

Depois da contextualização sobre o setor elétrico brasileiro, é possível que se entenda melhor seu papel e importância enquanto um setor estratégico e sua relevância para a soberania nacional. Dessa forma, como foi exposto anteriormente, depois de nacionalizar a CCBFE, o governo realizou, durante vários anos, expressivos investimentos no setor elétrico.

O Estado brasileiro passou longos anos enfrentando problemas para estruturar o setor elétrico nacional, através da construção de usinas, subestações e interligação do sistema por meio de infindáveis linhas de transmissão. Após esse processo, as empresas de energia tornaram-se novamente atraentes, o que despertou o interesse do capital privado. (REFLEXOS... 1995, p.4)

Em 1995, a Escelsa era uma empresa que atuava nas 3 áreas do setor de energia elétrica: geração, transmissão e distribuição. Atendia 90% da área do estado do Espírito Santo, o que correspondia a 66 municípios e 651 mil consumidores. Seu parque gerador tinha 10 usinas hidrelétricas que representavam 20% da energia distribuída pela empresa, o restante era adquirido de Furnas e Itaipu (MELLO, 1996). Ainda, “Em dezembro de 1994, a empresa tinha 2.602 empregados. **É a segunda maior distribuidora de energia elétrica do Brasil e, à época de sua privatização, cobrava a segunda tarifamais baixa do país.**” (BAER; MCDONALD, 1997, p. 27, negrito ITA.)

Em 1994 a Escelsa tinha um ativo de R\$895 milhões e tinha obtido um lucro de R\$32,3 milhões (sua receita havia sido de R\$ 236,7 milhões.) (PROGRAMA... 1995). Por ser a primeira empresa do setor de energia elétrica a ser privatizada, representa um marco na desestatização desse setor. (MELLO, 1996)

Ainda em 1994, antes de a legislação brasileira permitir que empresas nacionais do setor de serviços fossem privatizadas, a Escelsa era, progressivamente, preparada para a desnacionalização.

Maquiaram a empresa fazendo grandes investimentos, como a troca da frota de veículos, dos cabos das linhas de transmissão OPGW (fibra de ótica), equipamentos de informática, telecomunicações e do computador central, entre outros, para atrair compradores. Logo houve um acirrado processo de demissões com a automatização implementada e as terceirizações.



Também foi feito um grande estoque de materiais e equipamentos.
(REFLEXOS..., 2005, p.3)

Com efeito, percebe-se que foram feitos esforços pelo Estado para que a Escelsa fosse uma empresa “atrativa” ao capital privado.

As mudanças na legislação para tornar a privatização da Escelsa possível

Para que a privatização da Escelsa e outras privatizações que aconteceram subsequentemente fossem possíveis, várias mudanças na legislação foram feitas. Tratar das mudanças relevantes na legislação brasileira para as privatizações que o Brasil realizou na década de 1990 está além do escopo desse trabalho, mas cabe aqui apontarmos algumas destas mudanças que tiveram impacto direto na privatização da Escelsa.

Em primeiro lugar está a Lei 8.031³⁴ de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização. A Escelsa foi incluída no PND em 1992 por meio do Decreto 572, de 22 de junho de 1992³⁵. Este decreto incluía no PND empresas que sequer eram permitidas que fossem alienadas de acordo com a Constituição Federal e a Escelsa é um exemplo. No contexto de ampliação do PND era necessária a

[...] inclusão no PND de empresas de serviço público, a começar pelas estatais federais de geração de energia elétrica, inclusive considerando a possibilidade de desestatizar empresas estaduais de serviços públicos (energia elétrica, água e esgoto, distribuição de gás) cujas ações venham a ser dadas pelos estados em pagamento de suas dívidas com a União. (TOURINHO; VIANNA, 1993, p.30)

³⁴Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20/08/2020. Entre os objetivos do PND estavam:

“I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público; III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia; V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.”(LEI, 8.031, 1990, n/p.)

³⁵Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-572-22-junho-1992-448953-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30/07/2021. “Art. 1º Ficam incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, para os fins da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, as empresas: I - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA; e II - Light Serviços de Eletricidade S.A.” (DECRETO, 572, 1992, n/p)



Assim sendo, as empresas do setor elétrico (Escelsa e Light) haviam sido avaliadas e incluídas no PND e “deveriam ser privatizadas em seguida à posse do novo presidente eleito [...]” (AMARAL FILHO, 1996, p.143). Pois ainda existiam alguns entraves para a privatização do setor elétrico³⁶.

É só em 1995 que a desestatização de empresas públicas objeto de concessão acontece, porque: “A venda depende de garantias que os eventuais compradores querem sobre as possibilidades futuras de renovar a concessão junto ao governo. A lei atual não dá esta garantia.” (ESCELSA, Folha de São Paulo, 1994)³⁷

Por isso, vê-se que esse processo de privatizações tinha o objetivo de atender os interesses dos “eventuais compradores”. Como a reportagem do jornal Folha de São Paulo retrata, a privatização da Escelsa dependia da garantia de renovação da concessão da empresa junto ao governo, os possíveis compradores não estavam dispostos a participar do leilão sem essa garantia.

Em 13 de julho de 1995, o presidente da República promulgou um decreto que outorgava à Escelsa a concessão para a produção de energia elétrica em 10 usinas hidrelétricas no estado do Espírito Santo. E ainda, atribuía à mesma empresa a concessão para a distribuição da energia produzida no mesmo estado.

Momento e Modelagem da venda

O leilão de venda aconteceu em 11 de julho de 1995, na sede da bolsa de valores do Rio de Janeiro, mesmo sendo levantadas dúvidas sobre a legalidade desta privatização. Rosa; Hoffman (1995) discutem se a Lei responsável por regulamentar as licitações, 8.666³⁸, de 1993 foi devidamente seguida, uma vez que esta se aplicaria apenas a bens considerados inservíveis ao Estado.

A mesma Lei estabelecia que as licitações deveriam ser feitas por meio de concorrência pública. Isso não aconteceu no caso da Escelsa, onde “[...] o Governo

³⁶ “Seria preciso, antes, definir se o sistema elétrico seria concorrencial ou não, se o consumidor poderia comprar sua energia de qualquer fornecedor ou se teria de ficar com aquele que lhe fosse designado. O Governo contava com a aprovação da nova lei de concessões, antes do final do ano, para poder ampliar a relação de empresas a serem vendidas” (AMARAL FILHO, 1996, p.157)

³⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/09/brasil/20.html>> Acesso em: 30/07/2021.

³⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>



outorgou a concessão à empresa sem nenhuma licitação.³⁹ A nova Lei de Concessões, que saiu às pressas quase simultaneamente ao leilão da Escelsa admite a modalidade de leilão, mas é conflitante com o artigo 175 da Constituição.” (ROSA; HOFFMAN, 1995, p.5-6)

Há ainda, elementos que indicam que as definições sobre a concessão da Escelsa estavam acertadas antes do leilão de privatização, como mostra a pressão para a criação de uma nova legislação sobre as concessões e a venda da empresa condicionada ao oferecimento de garantias de renovação da concessão aos futuros compradores, relatada na reportagem da Folha de São Paulo⁴⁰

No momento da venda da Escelsa, a Eletrobrás tinha 72,34% de participação no capital da empresa. A modelagem do leilão foi feita com:

[...] 50% mais uma ação do capital social da empresa, em leilão público, pelo valor mínimo de R\$320,2 milhões (R\$140,72 por ação), com pagamento mínimo de 66,91% em moeda corrente; oferta aos empregados de 7,68% das ações pelo preço fixo de R\$13,33 milhões (R\$38,12 por ação). (MELLO, 1996, p.33)

Nessa venda, o capital estrangeiro não poderia participar com mais de 50% menos uma ação⁴¹.

Tabela 1: Modificação da estrutura do Capital Votante da Escelsa (Em %)

Acionistas	Antes das ofertas	Após as ofertas
Eletrobrás	72,3	14,7
Iven S.A	20,1	45,1
Estado do Espírito Santo	3,4	3,4
GTD Participações S.A	-	25,0

³⁹ “Passados 10 anos do início das privatizações das empresas de energia, voltam novamente à tona os indícios de irregularidades nesse processo. A FNUCUT promove uma ação contundente pela instalação de uma CPI do setor elétrico no Congresso Nacional. O objetivo é investigar a venda de 20 concessionárias e quatro companhias de geração e o fato de oito delas ainda não terem liquidado suas dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). [...] A criação da CPI toma como base o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontando que, no período entre 1995 e 2003, 20 concessionárias e quatro companhias de geração foram privatizadas no país por 30 bilhões de dólares. Nesse processo, uma série de irregularidades foram cometidas pelo BNDES na concessão de empréstimos para empresas do setor elétrico. Doze concessionárias tiveram suas vendas financiadas pelo órgão, mas oito ainda não liquidaram suas dívidas. Algumas transações dos novos controladores foram feitas em paraísos fiscais para dificultar o pagamento dos empréstimos.” (REFLEXOS..., 2005, p.5)

⁴⁰ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/09/brasil/20.html> > Acesso em: 30/07/2021.

⁴¹ “A aquisição, por capital estrangeiro, de ações da Escelsa no leilão foi limitada a 50% menos uma ação do bloco ofertado, por força da legislação constitucional vigente na época do leilão.” (MELLO, 1996, p.33)



Empregados	-	7,7
Banco Pactual	1,1	1,1
Prefeituras	1,2	1,2
Outros	1,9	1,9
Total	100	100

Fonte: PROGRAMA... (1995). Elaboração própria.

Mesmo a Eletrobrás tendo ficado com 14,7% das ações remanescentes do leilão após a privatização, o objetivo era vendê-las posteriormente: “Embora a participação da Eletrobrás no capital da empresa atingisse 72,34%, a Eletrobrás deteve 14,65% do capital da Escelsa para vender em outra oportunidade” (MELLO, 1996, p.33).

Do leilão, saíram com as maiores parcelas o consórcio Parcel, formado pela associação entre a Iven S.A e a GTD Participações S.A. Estes grupos se associaram e deram um lance de US\$357,92 milhões. O pagamento foi efetuado com um Cheque de US\$ 239,45 milhões, equivalente a 66,9% e US\$ 118,47 milhões equivalentes a 33,1% em títulos da dívida pública (GOVERNO... 12/07/1995)⁴².

A Iven S.A, e o GTD Participações S.A correspondiam, respectivamente:

Para o leilão, associaram-se à Iven, a fundação Centrus e o Citybank. A GTD-Participações é um consórcio formado por 11 fundos de pensão totalizando mais de 500 mil segurados, organizado para participar deste e de outras privatizações da área de eletricidade. São eles: Previ, do Banco do Brasil; a Fapes, do BNDES; a Sistel da Telebrás; a Petros da Petrobrás; a Valia da Cia Vale do Rio Doce; a Escelsos da própria Escelsa; a Baneses, do Banco do Estado do Espírito Santo; A Eletros, da Eletrobrás; a Faschef da Chesf; a Real Grandeza de Furnas; e a Aerus, o único fundo patrocinado por uma empresa privada, dos aeroviários empregados da Varig e da Transbrasil. (MELLO, 1996, p. 34)

Ainda sobre a identificação e composição dos compradores da Escelsa:

A Iven S.A. é uma empresa idealizada pelo Banco Pactual para participar da privatização do setor elétrico. Seu nome é uma espécie de sigla da expressão “investimentos energéticos”. Além do Pactual, participam dela os bancos Nacional, Bozano, Simonsen, Icatu e Citibank, a empresa de investimentos Opportunity Capital Parties, do economista Daniel Dantas, a fundação Centros (fundo de pensão dos empregados do Banco Central) e o grupo argentino Perez e Companc. Os estrangeiros Citibank e Perez e Companc detêm 25% da Iven. A Iven é presidida por José Luiz Alquerque, que foi presidente da Eletrobrás, a empresa federal de participações no setor elétrico. A Eletrobrás era até ontem

⁴² Disponível em : <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>> Acesso em: 15/02/2020.



era controladora da Escelsa. A GTD Participações é formada por 11 fundos de pensão e surgiu também para entrar nas privatizações elétricas. GTD são as iniciais de geração, transmissão e distribuição, as três funções básicas de uma empresa elétrica. Os demais são: Previ (Banco do Brasil), Fapes (BNDES), Real Grandeza (Furnas), Eletros (Eletrobrás), Baneses (Banco do Estado do Espírito Santo), Sistel (Telebrás), Fachesf (Chesf) e Petros (Petrobrás). No leilão de ontem, iniciado pontualmente às 14h, o consórcio Parcel foi representado pela corretora do grupo Bozano, Simonsen, que venceu a disputa com a corretora Graphus, representando o grupo Pauer do Brasil S.A. O preço mínimo por ação partiu de R\$ 140,72 e chegou a R\$ 157,30. (GOVERNO... 12/07/1995)⁴³

Isso nos mostra a presença do capital financeiro internacional em uma empresa importante e pertencente a um setor estratégico para a soberania nacional. Tendo em vista que:

Os novos proprietários da Escelsa encontraram uma empresa saneada financeiramente e com um caixa de US\$ 75 milhões. Sem endividamento bancário, a Escelsa apresentou em 1994 um lucro líquido de US\$32 milhões para um patrimônio de US\$717milhões. Com uma capacidade instalada de 4 mil GWh/hora e um quadro pessoal de 2.600 funcionários a companhia contabilizou no ano passado um faturamento de US\$ 273 milhões, obtidos através do atendimento aos seus 632 mil consumidores. O valor médio da tarifa da Escelsa é atualmente o segundo mais baixo do país, US\$60 por megawatt/hora, tendo só à frete a da Cemig, que pratica a menor tarifa entre as concessionárias de energia elétrica. (ALMEIDA, 1995, p.33)

Percebe-se que o leilão de venda da Escelsa foi um excelente negócio para seus compradores, que passaram a controlar uma empresa lucrativa, “saneada” e com dinheiro em caixa.

Consequências da privatização da Escelsa

Antes do processo de privatização ter início, aconteceram demissões para diminuir o quadro de funcionários da empresa e assim, torná-la mais atrativa ao setor privado⁴⁴. É importante mencionar que o ano da privatização da Escelsa, 1995, foi o ano em que “[...]o número de acidentes chegou ao maior índice já registrado: 58 acidentes

⁴³ Disponível em : <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>> Acesso em: 15/02/2020.

⁴⁴ “Foram desencadeadas demissões de empregados dos quadros próprios das empresas e estes foram imediatamente substituídos por terceirizados. Ou seja, os contratos de obras e manutenção eram repassados para empreiteiras. As terceirizadas contratavam trabalhadores menos preparados para ocupar as vagas dos demitidos, alguns sem carteira assinada, exigindo jornadas excessivas, pagando salários mais baixos e com menos benefícios. Isso, fora as péssimas condições de trabalho, que muitas vezes foram denunciadas pelo movimento sindical. [...] A questão da terceirização, em especial, era no momento assunto da maior gravidade. Afinal, enquanto o setor se preparava para a redução de grande número de trabalhadores de seus quadros e a contração de serviços através de empresas terceirizadas, ficava nítido que a margem de negociação por melhores salários e outros benefícios diminuiria em função da luta pela garantia do emprego.” (REFLEXOS... 2005, p.6)



contra 38 ocorridos em 1994, o que equivale a um aumento de 66%.” (REFLEXOS, 2005, p.7).

Sobre a Escelsa privatizada, esta passou a oferecer serviços de qualidade inferior por preços maiores⁴⁵: os índices de frequência de interrupção do fornecimento de energia e de duração da interrupção desse fornecimento aumentaram. O de frequência (FEC) foi de 25,33 para 27,21 e o de duração de interrupção (DEC) foi de 28,37 para 35,67 (LIGHT..., 14/06/1996)⁴⁶. Isso acontece ao mesmo tempo em que há um aumento da tarifa média cobrada pela empresa⁴⁷. Sobre o aumento das tarifas:

Somente de dezembro de 96 a maio de 98 as tarifas residenciais tiveram um reajuste de 20,94%, contra uma inflação de 8,42% no mesmo período. Isso sem contar que, já em novembro de 1995, as contas de energia dos consumidores residenciais ficaram 35% em média mais caras. Isso porque, logo de cara foram reduzidos – ou retirados – subsídios do governo que permitiam uma diminuição no preço final das contas. Só para se ter uma idéia, **segundo cálculos do Dieese, de 1994 a agosto de 2004 o reajuste nas tarifas de energia elétrica chegou ao astronômico índice de 222,41%**. (REFLEXOS..., 2005, p.9, grifos dos autores.)

Em 1999 a EDP (Energias de Portugal) compra 4,9% do capital da Iven, detentora majoritária das ações da Ecelsa (EDP compra... 23/08/1999)⁴⁸. Com o passar dos anos, a EDP assume o controle da Iven (EDP assume...13/08/2001)⁴⁹. Em 2019, a EDP Escelsa figurou posição de destaque nas reclamações do Procon:

⁴⁵ “Além do aumento excessivo das tarifas, devemos destacar outro fator importante ocorrido após a privatização: a queda na qualidade dos serviços prestados à população. Não é à toa que durante vários anos a Escelsa (a exemplo de outras empresas de prestação de serviços públicos que foram privatizadas) manteve-se entre as primeiras em número de reclamações no Procon. Ficou claro que a Escelsa estatal oferecia melhores serviços aos capixabas. Os piques de energia – e a conseqüente queima de eletrodomésticos –, blecautes, demora no atendimento, entre outros problemas, tornaram-se freqüentes. Os sucessivos “apagões” ocorridos após a privatização evidenciaram a falta de planejamento e de uma política clara para o setor elétrico e acabaram levando ao racionamento de energia, fazendo com que, novamente, o consumidor pagasse o pato. Mais uma vez a Escelsa privatizada mostrou sua deficiência. Foi uma verdadeira confusão a análise dos pedidos de revisão de meta de consumo que chegavam todos os dias à empresa. Muitos consumidores foram obrigados a pagar a sobretaxa, ficando sujeitos a corte no fornecimento de energia por conta da morosidade da empresa em analisar os pedidos.” (REFLEXOS... 2005, p.9-10)

⁴⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/14/dinheiro/7.html>> Acesso em: 28/09/2020.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/01/dinheiro/10.html>> Acesso em: 28/09/2020.

⁴⁸ Disponível em:

<<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/edp-compra-49-do-capital-da-iven-por-r-125-mi-191901.html>> Acesso em 30/07/2021.

⁴⁹ Disponível em:



Os valores assustadores que os consumidores capixabas encontraram nas contas de luz que chegaram nos primeiros meses do ano credenciaram a EDP Escelsa, concessionária responsável pela distribuição de energia no Estado, a ser a pior empresa no quesito reclamações em 2019 (CAMPEÃ..., 19/03/2019)⁵⁰.

Diante disso, não se sustenta o argumento de que as empresas privadas ofereceriam serviços mais baratos. O mesmo se diz da qualidade dos serviços oferecidos: não se sustenta a ideia de que estes melhorariam após a privatização.

Os efeitos deletérios da privatização se estendem também sobre as condições de saúde e segurança de seus empregados⁵¹, uma vez que:

As políticas governamentais de privatização vieram acompanhadas de aposentadorias e demissões, que hoje trazem a marca da terceirização como carro chefe na prestação de serviços em um campo considerado de vital importância na economia do país. Com a terceirização de serviços, os problemas e acidentes com os trabalhadores foram ampliados. Os acidentes no setor, muitas vezes graves e ou fatais, são a representação triste e dramática do exercício profissional em condições inadequadas. (REFLEXOS..., 2005, p.12)

A insegurança dos trabalhadores advém também da reestruturação a que a empresa privada está sujeita conforme “muda” o seu controle acionário⁵². A referida estruturação e mudança de controle da empresa ilustra o comportamento do capital especulativo que detém o seu controle e cujo objetivo é a busca constante por sua própria valorização.

<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/edp_assume_controlo_da_brasileira_iven> Acesso em: 30/07/2021

⁵⁰ Disponível em: < <https://ocontestado.com/campea-de-reclamacoes-no-procon-edp-e-considerada-a-pior-empresa-capixaba/>> Acesso em: 07/10/2020.

⁵¹ Sobre a insegurança no emprego que vem atada à privatização: “Com o anúncio da privatização da Escelsa os trabalhadores se viram ameaçados de perder os seus empregos e os benefícios conquistados ao longo de várias décadas, através de muitas lutas. Passado aproximadamente 60 dias da venda da empresa foi instituído o Programa de Desligamento Incentivado (PDI), através do qual os empregados que optassem pela adesão e que tivessem algum tipo de processo tramitando na Justiça contra a empresa, deveriam assinar um termo desistindo da ação. É claro que o PDI não era tão espontâneo assim. Os chefes de plantão trabalharam para fazer o “convencimento” do trabalhador. Mais uma vez o Sindicato entrou em cena para garantir àqueles que optassem pela adesão ao programa, que pelo menos o fizessem em igualdade de condições. [...] Apesar de ganhar o primeiro “round” o restante da luta dos trabalhadores mostrou-se muito mais complicada do que se podia prever. O poder de demitir ou não estava com os novos donos da empresa e, mais cedo ou mais tarde, com ou sem PDI, todos poderiam ser demitidos. E foi o que aconteceu.” (REFLEXOS..., 2005, p.11)

⁵² A reestruturação na iniciativa privada é permanente. A Escelsa já foi controlada por banqueiros, fundos de pensão e agora é administrada pela EDP, empresa europeia que dá continuidade a esse processo de reestruturação. Como consequência direta, isso também traz um clima permanente de instabilidade entre os trabalhadores. (REFLEXOS..., 2005, p.14)



As desestatizações explicitaram um caráter especulativo, uma vez que houve uma grande quantidade de participação de instituições financeiras entre os compradores, que aproveitaram o processo para adquirir ações que venderiam facilmente e com alta lucratividade poucos anos depois. (RODRIGUES, 2017, p.251)

Apesar de propagandear esta privatização como exitosa⁵³ e divulgar que o preço do leilão havia ficado acima do preço mínimo “O preço alcançado representou um acréscimo de 11,78% sobre o preço mínimo de R\$ 320,20 milhões estipulado para o leilão.” (GOVERNO..., 12/06/1995, n/p)⁵⁴, os resultados obtidos com a venda da Escelsa foram muito modestos.

Percebe-se que para chegar a essas conclusões não se leva em consideração a quantidade de dinheiro que havia sido investido na empresa nos anos anteriores a 1995, o dinheiro que a empresa tinha em caixa, que o valor do patrimônio da empresa era maior que o valor da venda⁵⁵ e que apenas 66,9% do valor da venda foi pago em moeda corrente. (GOVERNO..., 12/06/1995, n/p)⁵⁶

De toda forma, o valor obtido com a venda da Escelsa foi ínfimo perto do que seria necessário para o “saneamento” das contas públicas. Esse fato não é exclusividade da privatização da Escelsa.

Os recursos externos obtidos com as privatizações, outra das “bandeiras salvadoras” da fase de transição, além de terem alcançado um volume pouco significativo – foram US\$5,1 bilhões no biênio 1995/1996, superando escassamente as remessas de lucros e dividendos no mesmo período- são absolutamente inexpressivos vis-à-vis o impacto da política macroeconômica sobre as necessidades de financiamento do setor público e o crescimento exponencial da dívida pública interna. As despesas públicas globais com juros reais ultrapassaram o montante de R\$ 60 bilhões no biênio 1995/96. O provável crescimento da participação de capitais externos na nova fase do processo de privatização (telecomunicações, energia elétrica e petróleo) não alterará, no essencial, esse quadro.” (TAVARES, 1997, p.116-117)

Tudo isso traz questionamentos sobre os reais motivos que levaram às privatizações no geral e a privatização da Escelsa especificamente. Nesse contexto é

⁵³ “Hoje foi feita a privatização da Escelsa, em termos bastante bons” (CARDOSO, 2015, p.184)

⁵⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>> Acesso em: 16/02/2020. Percebe-se que neste momento não se leva em consideração a quantidade de dinheiro que havia sido investido na empresa nos anos anteriores a 1995, a quantidade de dinheiro que a empresa havia em caixa.

⁵⁵ “Em dezembro de 1994 a empresa tinha 2.602 empregados, um ativo total de R\$895 milhões e um patrimônio líquido de R\$717 milhões. Apesar de haver apresentado fortes resultados negativos no período 1991/93 (-R\$40,2 milhões anuais, em média), a Escelsa teve em 1994 um lucro de R\$32,3 milhões, apurado a partir de uma receita operacional líquida de R\$236,7 milhões.” (PROGRAMA..., 1995, p.17).

⁵⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>> Acesso em: 16/02/2020



importante também pontuar que grande parte do “dinheiro obtido com as privatizações” foi direcionado ao Fundo Social de Emergência (FSE), um mecanismo destinado a permitir a sobrevalorização do real. O FSE foi considerado “[...] crucial para preservar o Plano Real.” (EM DEFESA..., 15/09/1995, n/p.)⁵⁷

Conclusões

Por tudo o que foi exposto neste artigo, entende-se que a análise da privatização da Escelsa em 1995 é enriquecida se feita com ciência da história desta empresa, seu processo de formação e consolidação e o que este processo representou para o estado do Espírito Santo. A Escelsa que foi privatizada em 1995 foi uma empresa criada pelo Estado brasileiro por causa da ineficiência de uma empresa privada (a CCBFE, subsidiária da AMFORP) em atender à demanda existente por energia elétrica no Espírito Santo.

No momento de sua criação, a Escelsa vendia a energia produzida para a CCBFE para que esta distribuisse a energia nas áreas sob sua concessão. Com o passar dos anos o governo brasileiro compra todas as subsidiárias da AMFORP, incluindo a CCBFE, num processo complicado, e com uma negociação extensa envolvendo o governo dos EUA, os embaixadores do Brasil no EUA e dos EUA no Brasil. Por fim, concluiu-se que o Brasil pagou um valor consideravelmente maior do que o parque produtivo das subsidiárias da AMFORP valiam.

Futuramente a Escelsa e a CCBFE, comprada pelo Estado brasileiro foram “fundidas”. O nome Escelsa foi mantido. Esta sim, a “nova” Escelsa foi a primeira empresa do setor de serviços a ser privatizada por Fernando Henrique Cardoso

⁵⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/15/dinheiro/5.html>> Acesso em: 18/03/2020. “[...] a meta dos US\$931 milhões referente à contribuição fiscal da privatização para o Fundo Social de Emergência- FSE deverá ser alcançada até com certa folga. Estes recursos basicamente estão sendo originados mediante a realização de leilões de sobras das ações de empresas já transferidas à iniciativa privada. A eles deverão se somar os recursos em cash provenientes das vendas das duas estatais do setor elétrico (Light e Escelsa), bem como as vendas das participações minoritárias do Governo, conforme determina o Decreto nº 1068, publicado em março.” (ALMEIDA, 1994a, p.20-21)



Para sua privatização foram necessárias mudanças na legislação brasileira e ainda assim, foram levantadas questões sobre se esta privatização foi ou não constitucional. O leilão de privatização teve resultados financeiros bem modestos e os principais compradores da Escelsa foram os grupos Iven S.A. e GTD participações S.A., dois grandes grupos financeiros. Menos de 10 anos após a sua privatização, seu controle acionário passou a pertencer à empresa portuguesa EDP.

Foi constatado que logo depois de privatizada a Escelsa passou a prestar serviços com piora na qualidade e aumento nos preços. Em 2019 a EDP Escelsa foi considerada a pior empresa capixaba e liderou as reclamações no Procon.

Portanto, entende-se aqui que para compreender a privatização da Escelsa em 1995, foi preciso conhecer e “contar a história” dessa empresa. Nesse processo, percebeu-se que a criação da Escelsa aconteceu por causa da ineficiência de uma empresa privada e que a privatização da Escelsa em 1995 foi proveitosa apenas para os grupos que compraram a empresa e assim que possível venderam as ações, para a população o resultado dessa privatização foi: desemprego, aumento no preço da energia elétrica e piora no serviço prestado pela empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando. G. **O andamento e a contribuição fiscal das privatizações.** Revista Conjuntura Econômica, v. 48, n. 7, p. 20-21, 1994a.

ALMEIDA, Fernando. G. **O futuro da privatização no governo FHC.** Revista Conjuntura Econômica, v. 48, n. 12, p. 38-39, 1994b.

ALMEIDA, Fernando. G. Privatização: Escelsa abre caminho à venda do setor elétrico. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 49, n. 9, p. 34-35, 1995.

AMARAL FILHO, Marcos J. T. **Privatização no Estado Contemporâneo.** São Paulo, Ícone, 1996.

BAER, Werner, MACDONALD, C. **Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil:** o caso do setor de energia elétrica. Políticas Públicas e Planejamento, n.16, p.5-38, 1997.

BASTOS, Pedro P.Z., **A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base.** In: Revista Economia, Vol. 7, n. 4 (selecta), dez., p.239-275, 2006.



BITTENCOURT, Gabriel. A. M. **Espírito Santo a indústria de energia elétrica no Espírito Santo 1889/1978**. Vol. 3. Espírito Santo: Fundação Jones dos Santos Neves, 1979.

BURATINI, Ricardo. **Estado, capitais privados e concorrência no setor elétrico brasileiro**: da constituição do modelo estatal à crise do modelo competitivo. Campinas: 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

BUSLIK, Sérgio A. **Energia Elétrica: setor emergencial**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

CARDOSO, Fernando H. **Diários da Presidência, 1995-1996**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015

DOS SANTOS, João Marcelo P. **Eletricitários: toda energia é pouca**. Cadernos AEL, 2004.

FURTADO, Celso. **A Fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MELLO, Marina Figueira de. **Os impasses da privatização do setor elétrico**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Departamento de Economia, dez. 1996 (Texto para discussão nº 365)

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **O casamento das elétricas capixabas**: um estudo da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. 2003. 218 f. Tese (Doutorado em História) - Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003

ROSA, L.P.; HOFFMAN, C.A. **Cenários sobre o Impacto da Privatização do Setor Elétrico nas Tarifas**: O caso da Escelsa. v.4, p.1-140, 1995.

SAES, Alexandre. M.; SASSE, Carla. M. A. **A Amforp e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)**. In: Anuário Ceed, ano 4, n. 4, 2012, pp.11.148

TAVARES, Maria da Conceição. **A economia política do Real**. In: Mercadante, Aloízio. (Org) O Brasil Pós-Real. Instituto de Economia – UNICAMP, pp.101-129, 1997.

REFLEXOS dos 10 anos de privatização da Escelsa -1995-2005. Vitória, Espírito Santo: SINERGIA-ES.

DOCUMENTOS

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1994. Rio de Janeiro: BNDES, 1995.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1995. Rio de Janeiro: BNDES, 1996

JORNAIS E REVISTAS

CAMPEÃ de reclamações no Procon, EDP é considerada a pior empresa capixaba. O Contestado, Barra de São Francisco, 19 de março de 2019. Disponível em: <



<https://ocontestado.com/campea-de-reclamacoes-no-procon-edp-e-considerada-a-pior-empresa-capixaba/>> Acesso em: 07/10/2020.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1º de março de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=80150&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 14/11/2020

EDP assume controlo da brasileira IVEN, Jornal de Negócios, 13 de agosto de 2001. Disponível em:<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/edp_assume_controlo_da_brasileira_iven> Acesso em 30/07/2021.

EDP compra 4,9% do capital da Iven por R\$125mi. Folha de Londrina. Londrina, 23 de agosto de 1999. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/edp-compra-49-do-capital-da-iven-por-r-125-mi-191901.html>> Acesso em 30/08/2021.

EM DEFESA do Fundo Social de Emergência. Folha de São Paulo, Mailson da Nóbrega, São Paulo, 15 de setembro de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/15/dinheiro/5.html>> Acesso em: 18/03/2020.

ESCELSA só será leiloadada em 1995, Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de setembro de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/09/brasil/20.html>> Acesso em: 30/07/2021.

GOVERNO inicia privatização do setor elétrico pela Escelsa, Folha de São Paulo, 12 de julho de 1995. Disponível em : <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>> Acesso em: 15/02/2020.

IRREGULARIDADES e incompetência na privatização da Escelsa, Luiz Pinguelli Rosa, Folha de São Paulo, São Paulo, 1 de agosto de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/01/dinheiro/10.html>> Acesso em: 28/09/2020.

LIGHT: privatização à moda Ioiô ou à viúva Porcina, Luiz Pinguelli Rosa, Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de junho de 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/14/dinheiro/7.html>> Acesso em: 28/09/2020.